

A organização da escolaridade em ciclos no Brasil: uma análise de pesquisas sobre processos de implementação

The organization of schooling in cycles in Brazil: an analysis of research on implementation processes

La organización de la escolaridad en ciclos en el Brasil: un análisis de investigaciones sobre procesos de implementación

JEFFERSON MAINARDES

Resumo: Este artigo analisa teses e dissertações defendidas no período de 1996 a 2006, que focalizam a implementação de políticas de organização da escolaridade em ciclos. O referencial teórico apóia-se no conceito de revisão sistemática e nos fundamentos da análise crítica de políticas educacionais. O texto apresenta uma síntese das principais contribuições dos trabalhos sobre a compreensão da política de ciclos e indica elementos que requerem maior aprofundamento. Em termos de implementação de políticas, aponta elementos para uma análise crítica mais ampla de políticas educacionais.

Palavras-chave: escola em ciclos; implementação de políticas; políticas educacionais

Abstract: This article presents an analysis of theses and dissertations presented between 1996 and 2006 in Brazil, focusing on the implementation of schooling organized in cycles. The theoretical framework is based on the concept of systematic review and the foundations of critical analysis of educational policies. It presents a summary of the main contributions of the studies to the understanding of cycle policies and points out aspects that need further analysis. In terms of policy implementation, the paper highlights elements for a critical and broader analysis of educational policies.

Keywords: schooling in cycles; policy implementation; educational policies

Resumen: Este artículo presenta un análisis de tesis y disertaciones defendidas en el período de 1996 al 2006, que focalizaron la implementación de políticas de organización de la escolaridad en ciclos. El referencial teórico de la investigación se basa en el concepto de revisión sistemática y en los fundamentos del análisis crítico de políticas educativas. El texto presenta una síntesis de las principales contribuciones de los trabajos para la comprensión de la política de ciclos e indica los aspectos que requieren mayor profundización. En términos de implementación de políticas, el trabajo señala elementos para un análisis crítico más amplio de políticas educativas.

Palabras clave: escuela en ciclos; implementación de políticas; políticas educacionales

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise de 3 teses e 25 dissertações de mestrado, defendidas no período de 1996 a 2006, cujo foco central referia-se à implementação de políticas de organização da escolaridade em ciclos.¹ A presente análise integra um projeto de pesquisa mais amplo cujo objetivo é mapear e analisar as pesquisas e publicações sobre a política de ciclos no Brasil.

Os estudos de implementação emergem como relevantes, uma vez que geralmente analisam as políticas de ciclos em uma perspectiva mais abrangente, investigando diferentes aspectos, tais como: o processo de formulação da política, o contexto da produção do texto, as estratégias empregadas na implantação, a opinião dos profissionais envolvidos na formulação e implementação, os procedimentos de avaliação, as mudanças e adaptações feitas na política ao longo do processo de sua implementação. Alguns trabalhos apresentam também dados referentes aos resultados/efeitos da implementação dos ciclos (impacto dos ciclos no desempenho de alunos e nas taxas de aprovação, reprovação e evasão, etc).

Nesse artigo, apresentamos uma síntese das principais contribuições desses 28 trabalhos para a compreensão da política de ciclos, bem como indicamos algumas lacunas que foram identificadas. A partir da análise dos trabalhos sobre implementação, apontamos alguns elementos que poderiam ser levados em conta na análise de políticas educacionais em uma perspectiva ampla e crítica.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Segundo dados estatísticos da CAPES, até 2006 existiam 78 Cursos de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) no Brasil, sendo 44 de mestrado e 34 de mestrado e doutorado.² Desse total, 48,7% estavam na região Sudeste; 24,3% na região Sul; 14,1% na região Nordeste; 9,0% na região Centro-Oeste e 3,8% na região Norte. No período de 1996 a 2006 foram localizadas 11 teses e 122 dissertações sobre a escolaridade em ciclos.³ Trabalhos sobre a organização da escolaridade em ciclos foram localizados em 45 PPGEs. Também foram localizadas teses e dissertações sobre o tema em outros oito programas (Ciências Sociais, Administração, Ciências do Desenvolvimento Humano, Letras, Psicologia e Linguística Aplicada).

Para a localização das teses e dissertações defendidas no período compreendido pela pesquisa consultamos o Banco de Teses da CAPES, a Biblioteca Digital de

¹ A lista dos trabalhos analisados encontra-se no Anexo.

² Segundo dados da CAPES, em 2007 havia 86 Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil.

³ Foram localizadas outras 11 Teses e 44 Dissertações sobre o Regime de Progressão Continuada, que não foram incluídos na pesquisa.

Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (<http://www.ibict.br>), sites de PPGE e catálogos *online* de bibliotecas universitárias. Simultaneamente ao levantamento das teses e dissertações, criamos um banco de dados com a referência completa, resumo, palavras-chave, localização do texto completo e e-mail do autor. A partir da leitura dos resumos, os trabalhos localizados foram classificados em 10 categorias (Tabela 1). A categorização desses é complexa, uma vez que vários trabalhos poderiam ser classificados em mais de uma das categorias. Diversos trabalhos da categoria “Ciclos, organização do trabalho pedagógico e questões curriculares” tematizam o tema ciclos de forma tangencial, enfocando questões pedagógicas e curriculares em contextos de escolas organizadas em ciclos. Tais estudos foram incluídos por serem relevantes para a compreensão de dimensões pedagógicas envolvidas na efetivação de propostas dos ciclos no contexto escolar.

TABELA 1
Categorização de teses e dissertações (1996 a 2006)

Categoria	Nº de obras
Avaliação da aprendizagem dos alunos	31
Implementação de políticas de ciclos	28
Ciclos, organização do trabalho pedagógico e questões curriculares	27
A política de ciclos e seus fundamentos (psicológicos, filosóficos, históricos, sociológicos)	11
Opinião de professores, alunos, pais	11
Formulação de políticas de ciclos	7
Processos de ensino-aprendizagem na escola em ciclos (sala de aula)	6
Ciclos e formação continuada de professores	5
Análise do desempenho de alunos e impacto da política de ciclos	4
Ciclos: impacto sobre o trabalho docente	2
Total	132

Diante do significativo número de trabalhos e da complexidade que a análise de trabalhos acadêmicos envolve, selecionamos, para uma análise mais detalhada, os 28 trabalhos que tratam da implementação de programas de escolaridade em ciclos.

A presente pesquisa inscreve-se na categoria de revisão sistemática. As revisões sistemáticas são tentativas de elaboração de síntese e revisão da pesquisa existente em determinado campo ou temática, com o objetivo de responder questões específicas de pesquisa (TORGERSON, 2003; ANDREWS, 2005; DAVIES, 2007).

Geralmente são pesquisas realizadas por um grupo de pesquisadores, principalmente quando se pretende fazer uma análise mais aprofundada e detalhada do conhecimento produzido sobre um determinado tópico. Segundo Davies, as revisões sistemáticas

são uma forma de síntese de pesquisa que contribui para as políticas e práticas baseadas em evidências ao identificar as evidências de pesquisa acumulada sobre um tópico ou uma questão, avaliando-as criticamente em relação a sua metodologia e suas conclusões e determinando as mensagens coerentes e variáveis que são geradas por esse *corpus* de trabalho. As revisões sistemáticas das evidências de pesquisa existentes também ajudam a identificar o que se conhece sobre um tópico ou questão e, assim, direcionar novas pesquisas primárias nas áreas em que haja uma lacuna na base de evidências (DAVIES, 2007, p. 32).

Andrews (2005) indica que o reaparecimento das revisões sistemáticas no campo da educação nos últimos anos tem causado debate e controvérsias consideráveis. Uma das principais críticas feitas a esse tipo de pesquisa refere-se à valorização dos estudos quantitativos e experimentais, uma vez que há uma preocupação em apresentar evidências estatísticas em vez de estratégias interpretativas. O debate acerca das revisões sistemáticas tem indicado a necessidade do reconhecimento de que nem todos os estudos publicados têm a mesma qualidade em termos de metodologia utilizada, rigor na análise e no relato das conclusões. Em virtude disso, propõe-se que as revisões sistemáticas usem critérios explícitos e transparentes para determinar a qualidade e relevância de estudos que tenham sido identificados pela busca sistemática. No entanto, é preciso destacar que existem diferentes tipos de revisão sistemática. Enquanto em algumas áreas de pesquisa é possível usar critérios mais explícitos de validade, confiabilidade e veracidade das evidências, em outras, principalmente em um conjunto de pesquisas qualitativas, outras possibilidades de revisão sistemática precisam ser criadas.

Geralmente, os estudos de revisão sistemática, principalmente na literatura publicada em inglês, são bastante sofisticados e precisos. No entanto, é necessário considerar que existem níveis diferenciados de elaboração dessas revisões, tais como: a) revisões de natureza exploratória e preliminar, com o objetivo de mapear as pesquisas sobre um determinado tópico, bem como sintetizar as temáticas abordadas, abordagens teórico-metodológicas empregadas, tendências gerais de investigação, contribuições dos estudos, lacunas e síntese das conclusões e b) revisões mais sofisticadas, que objetivam apresentar análises mais minuciosas dos achados de pesquisas, estabelecendo comparações e inferências a partir das evidências apresentadas pelas pesquisas. Além dessas, é importante destacar a meta-análise como um tipo específico de revisão sistemática que busca agregar as conclusões de estudos comparáveis. Glass (apud DAVIES, 2007) usou esse termo para se referir à análise estatística de um grande conjunto de resultados de análises de estudos individuais, com o propósito de integrar as conclusões.

A presente pesquisa sobre a implementação de políticas de ciclos no Brasil enquadra-se no primeiro tipo de revisão, ou seja, não tem a pretensão de constituir-se em uma revisão sistemática abrangente. Desse modo, buscamos destacar padrões e tendências mais genéricas. Para a análise de conteúdo das dissertações e teses, partimos de sucessivas leituras dos resumos, seguidas de anotações à margem e, posteriormente, anotações reflexivas (MILES e HUBERMAN, 1994). Priorizamos a leitura da versão completa dos trabalhos ou de resumos expandidos, uma vez que a síntese de alguns trabalhos foi apresentada em congressos e publicações.

Na análise do conteúdo das teses e dissertações, tomamos também como referencial as idéias de autores que fundamentam a análise crítica de políticas educacionais (BALL, 1994, 2006a, 2006b; TAYLOR, 1997; POWER, 2006; GEWIRTZ, 2007). A abordagem para a pesquisa de políticas proposta por Taylor (1997) sugere que sejam analisados os contextos, os textos e as conseqüências das políticas. A noção de *contexto* inclui considerações sobre as influências globais/internacionais, nacional e local. Uma outra abordagem propõe a análise de cinco diferentes contextos do ciclo de políticas: contexto de influência, produção do texto, contexto da prática, resultados ou efeitos e contexto da estratégia política (BOWE, BALL e GOLD, 1992; BALL, 1994). Considerados em seu conjunto, esses contextos permitem uma análise da trajetória das políticas, desde a sua formulação até seus resultados/efeitos. Atualmente, pesquisar o contexto de influência demanda levar em consideração o processo de globalização, o processo de produção do texto (ou textos) da política, bem como os fatores locais que podem ter efeitos mais imediatos na implementação das políticas no contexto da prática. Além de destacar a necessidade de investigar o contexto mais amplo que influencia a emergência das políticas e fundamentar a análise da trajetória de políticas, Ball (2006b) indica que a pesquisa crítica de políticas precisaria examiná-las a partir de focos múltiplos e suas conseqüências em termos de justiça social (em vez de sua eficácia social), bem como procurar incorporar as vozes das pessoas envolvidas na política.

As contribuições de Power (2006) referem-se, mais especificamente, à necessidade de considerar tanto os processos micro-políticos (detalhe) quanto o contexto mais amplo (questões macroestruturais), uma vez que uma abordagem apenas centrada no Estado (abordagem estadocêntrica) ou somente no micro-contexto (contexto da prática), dificultaria uma análise mais aprofundada das políticas e seus resultados/efeitos.

Gewirtz argumenta a favor da necessidade de uma maior reflexividade ética no campo da pesquisa de políticas. Isso pressupõe que os pesquisadores explicitem os valores éticos e os princípios que fundamentam suas análises e reflitam sobre as possíveis conseqüências éticas do trabalho de pesquisa, interrogando, por exemplo: “de que formas a pesquisa pode prejudicar outras pessoas, legitimar ou intensificar condições, políticas, relações de poder ou discursos que achamos inadequados?” (GEWIRTZ, 2007, p. 8).

Há, pelo menos, dois pontos comuns nas contribuições dos autores mencionados. O primeiro é a preocupação em articular a política investigada com o contexto econômico e político-social mais amplo. O segundo é a importância de se buscar compreender as políticas da forma mais crítica e abrangente possível, evitando a realização de análises descritivas, descontextualizadas ou voltadas à mera legitimação de políticas. Consideramos que as idéias dos autores acima mencionados oferecem subsídios relevantes para a análise de trabalhos sobre implementação de políticas.

OS ESTUDOS SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE CICLOS

As principais revisões de literatura sobre a política de ciclos indicam que o tema implementação tem sido uma preocupação permanente desde o final da década de 1980, quando as pesquisas sobre as políticas de ciclos começaram a surgir (SOUSA et al, 2003; SOUSA e BARRETTO, 2004; BARRETTO e SOUSA, 2004; GOMES, 2004; MAINARDES, 2006b). De modo geral, as teses e dissertações apresentam evidências de pesquisa mais consistentes. Assim, sem a intenção de desconsiderar a contribuição de livros, artigos e textos apresentados em eventos, no presente trabalho optamos pela análise das teses e dissertações produzidas no período de 1996 a 2006.

Os 28 trabalhos analisados abordam programas de organização da escolaridade em ciclos de diferentes redes de ensino: “Escola para o Século XXI” – Goiânia (3 trabalhos); “Escola Cabana” – Belém (3 trabalhos), Rede Municipal de São Paulo (2 trabalhos), Rede Municipal de Niterói (2 trabalhos); “Escola Plural” – Belo Horizonte (2 trabalhos); “Escola Cidadã” – Porto Alegre (2 trabalhos), Rede Municipal de Curitiba (2 trabalhos); “Escola Sem Fronteiras” – Blumenau (2 trabalhos), Rede Estadual do Paraná (1), Rede Estadual do Ceará (1), Rede Estadual do Amazonas (1), Rede Estadual de Alagoas (1), Rede Estadual do Pará (1), Rede Estadual de Mato Grosso do Sul (1), Redes Municipais de Vitória da Conquista – BA (1), Araraquara – SP (1), Ponta Grossa – PR (1) e Costa Rica – MS (1).

A maioria desses trabalhos é constituída de estudos de casos desenvolvidos em uma ou mais escolas, envolvendo entrevistas (ou questionários) com professores, diretores e pedagogos. Alguns trabalhos incluem observações do cotidiano da escola e da sala de aula. Um ponto comum desses trabalhos é a análise de documentos oficiais e uma explicitação sobre as características dos programas investigados. Dos 28 trabalhos, apenas cinco apresentam uma maior articulação entre macro e micro-contexto (MOREIRA, 1999; MUNDIM, 2002; FERNANDES, 2003; PEREIRA, 2004; SILVA, 2006). A ausência de tal articulação faz com que as análises apresentadas estejam bastante voltadas para o contexto local. Alguns trabalhos, dessa forma, tornam-se narrativas mais ou menos detalhadas de processos de implementação, sem uma devida articulação com o sistema social mais amplo e com as políticas educacionais nacionais e globais. Embora o contexto local seja priorizado, alguns

trabalhos apresentam poucos dados sobre o modelo de ciclo implementado na rede pesquisada e geralmente não exploram de forma clara as diferenças existentes entre os diferentes modelos (ciclos de formação, ciclos de aprendizagem, ciclo básico, progressão continuada, etc). Além disso, muitos trabalhos não apresentam dados sobre o contexto político-partidário no qual o programa investigado emergiu.

É interessante notar que a maioria dos trabalhos privilegia a opinião de profissionais que atuam no contexto da prática, raramente explorando a opinião de especialistas (tal como fez SANTOS, 2005), gestores e formuladores de políticas de ciclos (a exemplo de VARGAS, 2002). A fraca articulação entre as perspectivas macro e micro, bem como entre o programa investigado e o contexto econômico e socio-político mais amplo parece dificultar o delineamento de conclusões mais abrangentes no que se refere aos problemas identificados na implementação dos ciclos. Nesse contexto, alguns autores relacionam as dificuldades da implementação dos ciclos a aspectos mais pontuais, tais como: ausência de assessoria qualificada, fragilidades do processo de formação continuada de professores, descontinuidades no processo de implementação, pouca apropriação da proposta de ciclos pelos professores, resistência à mudança, etc. De certa forma, alguns autores parecem acreditar que os problemas da implementação dos ciclos estão mais relacionados às escolas e aos professores do que às características dos ciclos enquanto uma mudança radical (e complexa) no processo de organização escolar. A esse respeito, é interessante observar as reflexões de Ball (2006b) quando aponta a existência de pesquisas baseadas na *culpabilização*, nas quais “as políticas são sempre soluções e nunca parte do problema. O problema está ‘na’ escola ou ‘no’ professor, mas nunca nas políticas” (BALL, 2006b, p. 20).

Observa-se também que poucos trabalhos buscam aprofundar as bases e fundamentos da política de ciclos em geral ou do modelo de ciclos sob investigação. Miranda (2005) considera que há a ausência de uma discussão clara sobre os fundamentos dos ciclos e que a maior parte das publicações sobre o tema está orientada para a sua justificação. De fato, poucos trabalhos se propõem a discutir tais fundamentos. Os trabalhos de Fernandes (2003); Oliveira (2004) e Silva (2006) são exemplos de trabalhos que discutem tais fundamentos.

Outro aspecto pouco explorado nas pesquisas sobre implementação são as concepções de Estado e de política educacional que fundamentam a emergência e desenvolvimento das políticas de ciclos investigadas. Nesse aspecto, é relevante destacar que autores de diferentes perspectivas teóricas (marxismo, teoria crítica, pós-estruturalismo, pluralismo) apontam que o Estado não pode deixar de ser integrado como elemento chave na análise de políticas educacionais (DALE, 1989; AFONSO, 2000; MENDES, 2006). Apesar disso, teorizações sobre o Estado (seu papel na educação e formulação de políticas, as reformas do Estado, etc) nas pesquisas sobre a implementação de políticas é bastante tênue ou inexistente. Um exemplo de trabalho de pesquisa que procura articular as perspectivas macro e micro e ainda apresentar considerações e teorizações acerca das concepções de Estado e de política educa-

cional é o de Silva (2006). Ao analisar o processo de formulação e implementação dos Ciclos de Aprendizagem na rede municipal de Curitiba, a autora considera que a organização da escolaridade em ciclos pode estar a serviço da continuidade da exploração através de uma educação para a subordinação e adaptação ao modelo capitalista ou de uma pedagogia que possibilite a necessária formação da consciência de classe dos trabalhadores, para uma organização coesa que vise superar o modelo burguês. A pesquisa da autora revelou a predominância de um caráter conservador atribuído à organização escolar em ciclos, tanto no discurso oficial, quanto nas práticas que efetivaram esta política.

Quanto aos referenciais teóricos que fundamentam as pesquisas, observou-se o emprego do materialismo histórico e dialético (2 trabalhos), autores da Nova Sociologia da Educação, como Basil Bernstein (2 trabalhos), Pedagogia Crítica (1 trabalho), sociologia das organizações, sociologia do currículo e etnografia (1 trabalho) e autores que discutem reformas e inovações educacionais – Michael Fullan e outros (1 trabalho). A maioria dos trabalhos fundamenta-se em um conjunto de autores que discutem questões relacionadas ao fracasso escolar, escola em ciclos, tempos escolares, currículo, entre outros. Possivelmente, em virtude da pouca circulação (no Brasil), de referenciais teórico-analíticos para a análise de políticas educacionais, observa-se nos trabalhos sobre a implementação de políticas de ciclos, bem como sobre outras políticas, a ausência de teorizações e problematizações mais aprofundadas sobre o processo de formulação e implementação de políticas, bem como sobre formas de análise de textos de políticas e de seus resultados/efeitos.

No Brasil, ainda são poucos os textos que apresentam uma discussão ou fundamentação mais consistente sobre a análise de políticas educacionais e curriculares (por exemplo, CUNHA, 1991; DUTRA, 1993; SHIROMA et al, 2000 e 2005; BARRETO e PINTO, 2001; TEODORO, 2003; AZEVEDO, 2004; LOPES e MACEDO, 2006; MAINARDES, 2006a). Já na literatura em língua inglesa, há uma diversidade de referenciais analíticos considerados mais refinados e consistentes, tais como: o modelo de análise de políticas baseada na teoria do discurso (FULCHER, 1989), a abordagem do ciclo de políticas (BOWE et al., 1992; BALL, 1994 e 2006a), a análise dos contextos, textos e conseqüências das políticas (TAYLOR, 1997), a abordagem de política como solução de problemas (BACCHI, 1999), as discussões sobre a análise de textos de políticas (CODD, 1988) entre outros.

É importante destacar que vários desses referenciais foram criados com o objetivo de superar modelos lineares de análise de políticas e são considerados referenciais que subsidiam a análise em uma perspectiva crítica. Eles oferecem uma estrutura conceitual e métodos de coleta e análise de dados, mas não substituem o uso de referenciais teóricos consistentes, ou seja, o emprego de teorias caracterizadas por uma gramática forte: aquelas que têm “uma sintaxe conceptual explícita capaz de descrições empíricas ‘relativamente’ precisas e/ou de gerar modelos de relações empíricas” (BERNSTEIN, 1999, p. 164).

AS PESQUISAS SOBRE IMPLEMENTAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

As pesquisas incluídas na presente análise apresentam reflexões importantes para a compreensão da problemática relativa à implementação de políticas de organização da escolaridade em ciclos. Apesar das limitações mencionadas acima, observa-se um crescimento significativo na qualidade das análises e discussões acerca dessa temática, principalmente naqueles trabalhos que contemplam um panorama mais abrangente das políticas educacionais nos últimos anos, as reformas do Estado e ainda reflexões mais aprofundadas sobre a política de ciclos e suas possibilidades de construção de um sistema educacional democrático, não-excludente e não-seletivo. As principais contribuições desses trabalhos podem ser resumidas nos seguintes aspectos:

- a) indicam a natureza complexa da implementação de políticas de ciclos, principalmente por envolver mudanças no sistema de promoção dos alunos, avaliação da aprendizagem, currículo, pedagogia, organização da escola e formação permanente de professores;
- b) evidenciam a importância da participação dos profissionais da educação no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas;
- c) ressaltam o papel da infra-estrutura e condições de trabalho (maior suporte aos alunos, professores e escolas);
- d) destacam o distanciamento entre a política proclamada (discurso oficial) e a implementação das políticas no contexto da prática, onde essas são reinterpretadas e adaptadas de acordo com as circunstâncias e condições objetivas e subjetivas;
- e) apontam a importância da gestão educacional em um sentido amplo (sistema) e no contexto escolar na efetivação das políticas. Dependendo do estilo de gestão e das concepções subjacentes a tais decisões e encaminhamentos, pode-se avançar em direção da construção de uma escola pública de qualidade ou na configuração de políticas que garantem apenas uma inclusão instável, frágil e marginal no sistema educacional (MARTINS, 1997).

A análise dessas teses e dissertações permitiu também identificar alguns aspectos que poderiam ser aprofundados, tais como os pontuados a seguir.

- a) Análise das políticas de ciclos em uma perspectiva crítica,⁴ entendida como aquelas pesquisas que estão preocupadas em compreender a

⁴ Consideramos altamente complexo definir o que seja uma pesquisa crítica ou a análise crítica de políticas. Para um aprofundamento, ver Carspecken e Apple (1992), Cribb e Gewirtz (2003), Duarte (2006), Ball (2006a, 2006b) e Gewirtz (2007).

política de ciclos da forma mais abrangente e aprofundada possível, evitando a simples legitimação de políticas e práticas; a ênfase em processos locais, sem a devida articulação com o sistema social mais amplo; o silenciamento sobre desigualdades ou processos de exclusão (ou inclusão precária e instável, marginal – mencionada por MARTINS, 1997), apenas para citar alguns exemplos. Consideramos também essencial explicitar que uma análise crítica, na proposta de Duarte (2006), pressupõe assumir uma atitude contrária a qualquer seletividade no processo de distribuição do conhecimento e o compromisso com a elevação do nível cultural das massas.

- b) A investigação dos fundamentos teóricos das políticas de ciclos implantadas no Brasil.
- c) O desenvolvimento de pesquisas com uma maior articulação entre os contextos macro e micro.
- d) Trabalhos que procurem estabelecer relações entre as políticas de ciclos e as concepções de Estado e de política educacional que influenciaram a formulação de um modelo de ciclo ou a passagem de um modelo para outro.
- e) Pesquisas que apresentem evidências quantitativas e qualitativas sobre a aprendizagem dos alunos em escolas organizadas em ciclos.
- f) Pesquisas que fundamentem questões metodológicas, tais como o trabalho com classes heterogêneas, práticas de avaliação diagnóstica, etc.
- g) A elaboração de revisões sistemáticas (síntese) das pesquisas sobre avaliação da aprendizagem nos programas de ciclos, desempenho de alunos nesses programas, processos de implementação, opinião dos professores e demais profissionais da educação, entre outros aspectos.

CONCLUSÃO

Nesse trabalho, apresentamos uma breve análise de teses e dissertações que abordam a implementação de políticas de ciclos, destacando as contribuições e lacunas desses estudos. Uma das principais conclusões da presente pesquisa refere-se ao reduzido número de trabalhos que estabelecem relações com o contexto mais amplo e com as concepções de Estado e de política educacional. Ao indicarmos essas conclusões, não desejamos desqualificar ou invalidar esses trabalhos de pesquisa, uma vez que eles podem apresentar outros pontos fortes e contribuições. Além disso, observamos nas pesquisas uma tendência de se apresentar a trajetória da formulação e implementação da política de uma forma mais descritiva e geralmente pouco analítica. Observamos também limitações e dificuldades nos procedimentos e metodologias de análise de textos das políticas investigadas. Tais limitações e dificuldades constituem-se em aspectos relevantes

e que poderiam ser mais debatidos e aprofundados pelos pesquisadores do campo das políticas educacionais.

Concordamos com Gewirtz (2007) que não seria realístico esperar que todos aqueles que analisam políticas façam tudo o tempo todo, ou seja, que consigam abarcar todos os aspectos envolvidos na formulação, implementação e conseqüências das políticas. A pesquisa de políticas educacionais envolve diferentes áreas de conhecimento (TEODORO, 2003) e os pesquisadores precisam enfrentar questões e dilemas de natureza epistemológica, ética, política e metodológica. Uma leitura crítica das políticas envolve uma variedade de conhecimentos, tais como: situação conjuntural (macro-estrutura), globalização, trabalho e mudanças no mundo do trabalho, relações entre público e privado, processos de circulação e apropriação de conceitos e ideologias pelas políticas, entre outros.

A partir da análise dessas teses e dissertações, indicamos a seguir alguns elementos que poderiam ser levados em conta na análise de políticas educacionais em uma perspectiva ampla e crítica.

- a) Articulação entre global e local (perspectivas macro e micro): envolve o esforço de buscar analisar a totalidade das relações envolvidas nas políticas e suas múltiplas determinações. Considerar as influências globais/internacionais envolvidas nas políticas requer uma compreensão crítica do fenômeno da globalização em toda a sua complexidade, bem como os seus reflexos na configuração de políticas nacionais e locais.
- b) Análise crítica: além de analisar a totalidade das relações envolvidas nas políticas, bem como as contradições, uma análise crítica demanda um esforço em articular a pesquisa sobre uma política específica com o contexto socioeconômico-cultural mais amplo, bem como com o conjunto de políticas implementadas. Demanda também, como já foi mencionado, evitar a legitimação de políticas e buscar explicitar possíveis processos de desigualdade ou de exclusão ou inclusão precária, instável, marginal.
- c) Explicitação de valores e concepções que fundamentam as análises: tendo em vista as considerações dos dois itens anteriores, consideramos que seria relevante refletir sobre as possíveis vantagens de explicitarmos os valores éticos e os princípios que fundamentam nossas análises de políticas. Gewirtz (2007), ao argumentar a favor de uma maior reflexividade ética na análise de políticas, indica que isso implica: explicitar os valores éticos e princípios que fundamentam nossas análises; justificar esses valores quando possível e necessário; refletir sobre as possíveis conseqüências éticas dos nossos trabalhos de pesquisa, uma vez que podem ser usados para legitimar ou intensificar situações de desigualdade, exploração, opressão. Além disso, consideramos que seria importante que os pesquisadores explicitassem sua concepção sobre o papel da escola e do conhecimento, bem como

que buscassem identificar o impacto das políticas sobre os processos de apropriação do conhecimento pelos alunos.⁵

Finalmente, destacamos que esse trabalho não tem a pretensão de ser prescritivo ou normativo. A intenção é tratar a análise de políticas em uma perspectiva crítica como uma questão que merece ser mais debatida, visando à construção de elementos e parâmetros que possam melhor fundamentar as pesquisas desse campo.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, A. J. Estado, mercado, comunidade e avaliação: proposta de um quadro teórico-sociológico. In: AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 94-125.
- ANDREWS, R. The place of systematic reviews in education research. *British Journal of Educational Studies*, v. 53, n. 4, p. 399-416, 2005.
- AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. 3.ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BACCHI, C. L. *Women, policy and politics*. London: SAGE, 1999.
- BALL, S. J. *Education reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- _____. *Education policy and social class – The selected works of Stephen J. Ball*. Routledge: London, 2006a.
- _____. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. *Currículo Sem Fronteiras*, v. 6, n. 2, p. 10-32, jul-dez/2006b. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>.
- BARRETTO, E. S. de S.; PINTO, R. P. A avaliação de políticas educacionais: indagações metodológicas e disseminação de resultados. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001, p. 101-126.
- BARRETTO, E. S. de S.; SOUSA, S. Z. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 31-50, jan-abr/2004.
- BERNSTEIN, B. Vertical and horizontal discourse: an essay. *British Journal of Sociology of Education*, v. 20, n. 2, p. 157- 173, 1999.
- BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.
- CARSPECKEN, P. F.; APPLE, M. Critical qualitative research. In: LeCOMPTE, M. D.; MILLROY, W. L.; PREISSELE, J. *The handbook of qualitative research in education*. San Diego: Academic Press, 1992, p. 507-554.

⁵ Duarte (2006), ao discutir a formação de intelectuais críticos na pós-graduação, propõe que os pesquisadores deveriam assumir uma posição “frontalmente contrária à seletividade no processo de distribuição social do conhecimento pelo sistema escolar e contrapor a essa seletividade a defesa de um currículo escolar que promova a apropriação por todas as crianças e jovens, sem distinções de nenhuma natureza, do patrimônio científico, artístico e filosófico que a humanidade construiu até aqui.” (DUARTE, 2006, p. 97).

- CODD, J. The construction and deconstruction of educational policy documents. *Journal of Education Policy*, v. 3, n. 3, p. 235-247, 1988.
- CRIBB, A.; GEWIRTZ, S. Towards a sociology of just practices: an analysis of plural conceptions of justice. In: VINCENT, C. *Social justice, education and identity*. London: RoutledgeFalmer, 2003, p. 15-29.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991.
- DALE, R. *The state and education policy*. Milton Keynes: Open University Press, 1989.
- DAVIES, P. Revisões sistemáticas e Campbell Collaboration. In: THOMAS, G.; PRING, R. *Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para qualificação da prática pedagógica*. Porto Alegre: Artmed, 2007, p. 31-43.
- DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan-jun/2006.
- DUTRA, A. A questão política da alfabetização no Rio de Janeiro de Janeiro de 1983 a 1987. *Cadernos de Pesquisa*, n. 85, p. 33-42, mai/1993.
- FERNANDES, C. de O. *A escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica – a transição para a escola do século XXI*. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.
- FULCHER, G. *Disabling policies? A comparative approach to education policy and disability*. London: Falmer Press, 1989.
- GEWIRTZ, S. A reflexividade ética na análise de políticas: conceituação e importância. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 1, p. 7-12, jan-jul/2007. Disponível em: <<http://www.uepg.br/praxiseducativa/>>. Acesso em 04/10/2007.
- GOMES, C. A. Quinze anos de ciclos no ensino fundamental: uma análise dos percursos. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 39-52, jan-abr/2004.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Org.). *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan-abr/2006a.
- _____. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-30, jan-abr/2006b.
- MARTINS, J. de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- MENDES, V. da R. Reflexões sobre os conceitos de homem, liberdade e Estado em Marx e as política educacionais. In: PARO, Vitor H. (Org.). *A teoria do valor em Marx e a educação*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 157-178.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative data analysis: an expanded sourcebook*. 2.ed. London: Sage Publications, 1994.
- MIRANDA, M. G. de. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 639-651, mai-ago/2005.
- MOREIRA, A. F. *Um estudo sobre o caráter complexo das inovações educacionais*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação, 1999.

- MUNDIM, M. A. P. *A Rede Municipal de Ensino de Goiânia e a implantação dos ciclos de formação (1997-2000)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Goiás, 2002.
- OLIVEIRA, I. C. de S. *Inovação e mudança na educação escolar: ciclos de formação na escola de ensino fundamental – um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Alagoas, 2004.
- PEREIRA, L. R. *A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental como elemento da política*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2004.
- POWER, S. O detalhe e o macro-contexto: o uso da teoria centrada no Estado para explicar práticas e políticas educacionais. *Olhar de professor*, Ponta Grossa, v. 9, n.1, p. 11-30, jan-jun/2006. Disponível em <<http://www.uepg.br/olhardeprofessor>>. Acesso em 02/10/2007.
- SANTOS, J. G. *O compromisso social da escola organizada em ciclos: por uma verdadeira aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, 2005.
- SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul-dez/2005.
- SILVA, M. A. da. *Análise da implantação da escola organizada em ciclos de aprendizagem na rede municipal de Curitiba – 1997/2004*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, 2006.
- SOUSA, S. M. Z. L.; BARRETTO, E. S. de S. *Estado do conhecimento: ciclos e progressão escolar (1990-2002) – Relatório Final*. São Paulo: USP (MEC/INEP/Comped/PNUD), 2004.
- SOUSA, S. Z.; ALAVARSE, O. M.; STEINVASCHER, A.; ARCAS, P. Ciclos e progressão escolar: indicações bibliográficas. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 38, p. 99-114, jan-mar/2003.
- TAYLOR, S. Critical policy analysis: exploring contexts, texts and consequences. *Discourse: studies in the politics of education*, v. 18, n. 1, 1997, p. 23-35.
- TEODORO, A. *Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governação*. São Paulo: Cortez, 2003.
- TORGESON, C. J. *Systematic reviews*. London: Continuum, 2003.
- VARGAS, N. de A. *Travessia, arte e letramento: o Projeto TAL – Análise de uma experiência de implantação dos Ciclos de Aprendizagem no município de Costa Rica (MS)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

ANEXO

QUADRO 1
Teses e dissertações analisadas (1996-2006)

Autor/Título	Instituição/Curso	Nível	Ano
CELISTRE, Sinara Sant'Ana. Os ciclos de formação no ensino público cearense – histórias de quem entrou nesse ciclo.	UFC – Educação	M	2002
COSTA, Adriana da. Escola Sem Fronteiras: discutindo o processo de participação docente.	UFSC – Educação	M	2004
DAVID, Leila N. B. K. A experiência do sistema de ciclos na Rede Municipal de Educação de Niterói/RJ: da proposta oficial às práticas concretas.	UFF – Educação	M	2003
FERNANDES, Cláudia de O. A escolaridade em ciclos: práticas que conformam a escola dentro de uma nova lógica – a transição para a escola do século XXI	PUC/RJ – Educação	D	2003
FERREIRA, Valéria M. R. Escola em movimento: a reelaboração da prática pedagógica na implementação da política do Ciclo Básico de Alfabetização do Estado do Paraná.	PUC/SP - História, Política, Sociedade	M	2001
FIGUEIREDO, Wagner Luiz. Projeto escola para o século XXI: entre o mundo oficial e o mundo real.	UCG – Educação	M	2002
FRAIZ, Rosana C. C. A organização escolar em ciclos na rede municipal de Araraquara – 2001 a 2005.	UFSCar – Educação	M	2006
GONÇALVES, Rosani J. A implantação da proposta “Escola Sem Fronteiras” na Rede Pública de Blumenau: o 3º Ciclo de Formação.	UTP – Educação	M	2002
JACOMINI, Márcia A. Uma década de organização do ensino em ciclos na rede municipal de São Paulo: um olhar dos educadores.	USP – Educação	M	2002
LEITE, Maria Iza P. de A. Méritos e pecados do ciclo no Ensino Fundamental: análise da implantação do Ciclo de Aprendizagem nas escolas da Rede Municipal de Vitória da Conquista.	PUC/SP – Ciências Sociais	M	1999
MARTAU, Maria Luiza C. Estudo da implantação do projeto escola cidadã na EMEF Senador Alberto Pasqualini no período de 1998-2005: limites e possibilidades para um ensino de qualidade.	UNISINOS – Educação	M	2006
MOREIRA, Adelson F. Um estudo sobre o caráter complexo das inovações educacionais.	UFMG – Educação	M	1999

Autor/Título	Instituição/Curso	Nível	Ano
MUNDIM, Maria Augusta P. A Rede Municipal de Ensino de Goiânia e a implantação dos ciclos de formação	UFG – Educação	M	2002
NEVES, Simone do Rocio P. A Escola organizada por ciclos: o processo histórico de sua implantação na Rede Municipal de Ensino da Cidade de Ponta Grossa – Paraná	UEPG – Educação	M	2005
OLIVEIRA, Irailde C. de S. Inovação e mudança na educação escolar: ciclos de formação na escola de ensino fundamental – um estudo de caso.	UFAL – Educação	M	2004
OLIVEIRA, Ney Cristina M. de. A Política educacional no cotidiano escolar: um estudo meso-analítico da Organização Escolar em Belém do Pará.	PUC/SP – Currículo	D	2000
PEREIRA, Luzia R. A implantação do sistema de ciclos no ensino fundamental como elemento da política.	UFMS – Educação	M	2004
PINTO, Maria Célia B. V. A Escola Cabana no município de Belém-PA (1997-2001): entre discursos e práticas.	PUC/SP – Currículo	M	2004
PINTO, Telma Cristina G. Projeto Centro de Ensino Básico: um estudo do Ciclo Básico de Alfabetização na reorganização do ensino Fundamental, no Estado do Pará, no período de 1987 a 1990.	UNIMEP – Educação	M	1999
RÉDUA, Márcia M. A organização do ensino em ciclos e práticas escolares: investigação em uma escola de rede municipal de São Paulo.	PUC/SP – História, Política, Sociedade	M	2003
RODRIGUEZ, Andréa Maria Rua. Avaliação do ensino por ciclos de formação: currículo, pedagogia e avaliação na perspectiva de professoras de uma escola municipal.	UFRGS – Educação	M	2002
SANTOS, Josiane G. O compromisso social da escola organizada em ciclos: por uma verdadeira aprendizagem.	UTP – Educação	M	2005
SANTOS, Tânia Regina L. Analisando a escola cabana em espaço e tempo reais.	PUC/SP – História, Política, Sociedade	D	2003
SILVA, Maria A. da. Análise da implantação da escola organizada em ciclos de aprendizagem na rede municipal de Curitiba – 1997/2004.	UFPR – Educação	M	2006
SOARES, Cláudia C. Construindo a escola plural: a apropriação da escola plural por docentes do 3º ciclo do ensino fundamental.	UFMG – Educação	M	2000

Autor/Título	Instituição/Curso	Nível	Ano
VALADARES, Florence R. O projeto escola para o século XXI: a proposta pedagógica da rede municipal de Goiânia.	UFU – Educação	M	2002
VARGAS, Nelize de A. Travessia, arte e letramento: o Projeto TAL – Análise de uma experiência de implantação dos Ciclos de Aprendizagem no município de Costa Rica (MS).	UC Dom Bosco – Educação	M	2002
XIMENES, Maria Augusta da S. O Ciclo inicial do ensino fundamental: a experiência do sistema estadual de ensino em Manaus (2001-2003).	UFAM – Educação	M	2006

JEFFERSON MAINARDES é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa; mestre em Educação pela UNICAMP e doutor em Educação (Universidade de Londres). E-mail: jefferson.m@uol.com.br

Recebido em Outubro de 2007.

Aprovado em março de 2008.